

Os reflexos da pandemia na educação: o futuro manda a conta

O percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever deu um salto nos últimos dois anos, saindo de uma média de 25% entre 2016 e 2019, para 32,9% em 2020 e 40,8% em 2021.

Superávits e investimentos nos Estados: os atípicos anos de 20/21

A melhora do volume de caixa dos Estados no período da pandemia, impulsionou os investimentos, os quais cresceram 42,2% acima da inflação, na comparação com o biênio 2018/19.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/indicadores-e-estudos-economicos

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Os reflexos da pandemia na educação: o futuro manda a conta

O percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever deu um salto nos últimos dois anos, saindo de uma média de 25% entre 2016 e 2019, para 32,9% em 2020 e 40,8% em 2021.

Não houve sequer uma área da sociedade que não foi impactada de alguma maneira pela pandemia, em maior ou menor grau. As consequências na economia foram severas. Em resumo, começou com uma paralização da produção, impactando a oferta de bens e serviços, seguida por um suporte monetário e fiscal por parte dos governos, impulsionando a demanda. O resultado foi o desencaixe entre oferta e demanda, refletido através dos problemas nas cadeias de insumos, e consequente aumento da inflação e dos juros.

Os efeitos da pandemia citados acima são os observados no curto prazo. Muitos deles seguem e seguirão impactando o dia a dia de empresas, governos e consumidores. Contudo, há reflexos que só devem ser sentidos com mais intensidade no longo prazo, como na Educação. Boa parte dos estudantes brasileiros ficaram sem aulas ao longo da crise sanitária, e os que tiveram acesso ao ensino remoto enfrentaram os diversos problemas inerentes à nova realidade, como falta de equipamentos e conexão adequados, bem como a demora de adaptação dos agentes envolvidos (escolas, professores, famílias, alunos). O mais preocupante, é que as dificuldades foram sentidas com mais intensidade nas escolas públicas. Tudo isso resultou em atrasos na aprendizagem.

Uma nota técnica recente do movimento Todos pela Educação, com base nos dados da PNAD Contínua/IBGE, trouxe alguns dados alarmantes sobre os impactos da pandemia na alfabetização de crianças no Brasil. Segundo o estudo, o percentual de crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever deu um salto nos últimos dois anos, saindo de uma média de 25% entre 2016 e 2019, para 32,9% em 2020 e 40,8% em 2021, conforme o gráfico ao lado. O problema atinge principalmente as crianças que residem nos domicílios mais pobres do país, onde o percentual de não-alfabetizados chega a 51,0%.

Estudos mostram que a defasagem no aprendizado nos anos iniciais tem reflexos ao longo de toda a trajetória escolar dos jovens, fazendo com que tenham mais dificuldade nas etapas seguintes e, com isso, cheguem ao mercado de trabalho menos preparados. Como já é bastante conhecido, a produtividade dos trabalhadores brasileiros está praticamente estagnada há mais de 40 anos, e um dos motivos para isso são nossos problemas na Educação. Portanto, mais entraves de produtividade devem surgir quando esses jovens da geração pandemia ingressarem no mercado de trabalho.

Por parte das empresas, a falta de trabalhadores qualificados já se mostra como um obstáculo no presente. Segundo dados da Sondagem Industrial do RS relativa ao 1º trimestre de 2022, 19,6% das indústrias gaúchas apontaram a falta ou alto custo de

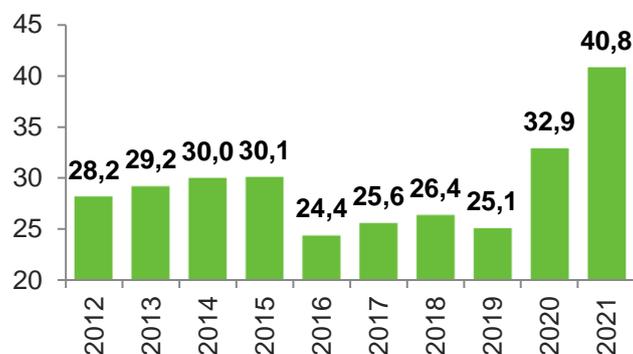
trabalhadores qualificados como um dos principais problemas enfrentados no trimestre. Foi o maior percentual de apontamento desde o quarto trimestre de 2014, conforme ilustrado pelo gráfico abaixo.

Cabe também mencionar que os desafios da demografia devem se mostrar cada vez mais presentes, ainda mais no RS que possui um estágio de envelhecimento da população cerca de 10 anos à frente do Brasil, ou seja, o RS possui hoje o percentual de idosos que o Brasil terá em 2032. Esse fato tem diversas implicações para a economia gaúcha, entre elas, um mercado consumidor com menos potencial de crescimento e menor oferta de trabalhadores. Com menos pessoas disponíveis, a saída é tornar os trabalhadores mais produtivos.

O resultado final dos problemas de educação e produtividade, impactados por escolhas equivocadas no passado e no presente, é um declínio na competitividade da economia e consequente piora nas condições de vida da população, com menos crescimento, menos empregos e menos renda. Como costumava dizer um conhecido professor de economia da UFRGS: o futuro manda a conta.

Crianças de 6 e 7 anos que não sabem ler e escrever – Brasil

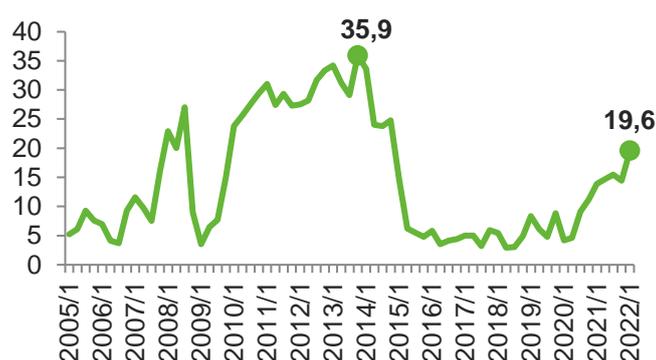
(Em % do total)



Fonte: Todos Pela Educação, com dados da PNAD Contínua/IBGE.

Falta ou alto custo de trabalhador qualificado na Indústria de Transformação – RS

(Em % de respostas)



Fonte: Sondagem Industrial do RS/FIERGS.

Superávits e investimentos nos Estados: os atípicos anos de 20/21

A melhora do volume de caixa dos Estados no período da pandemia, impulsionou os investimentos, os quais cresceram 42,2% acima da inflação, na comparação com o biênio 2018/19.

No informe nº 16/2022 destacamos as razões pelos quais as contas públicas regionais vêm sendo a protagonista dos sucessivos superávits primários do Setor Público Consolidado. Buscando esmiuçar esses valores, nos próximos parágrafos iremos discorrer sobre as movimentações das variáveis fiscais em 2021 em cada Unidade da Federação, números divulgados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) dos Estados, publicados bimestralmente pelo Tesouro Nacional.

Com relação ao Resultado Orçamentário (diferença entre receita total e despesa total empenhada), apenas duas UFs exibiram situação deficitária em 2021: Maranhão (-R\$ 968,3 milhões) e Alagoas (-R\$ -1,0 bilhão). Em 2019, ano pré-pandemia, 8 estados estavam em situação negativa: MA, MG, PI, RN, RS, SE, SP e TO, enquanto em 2020, esse número reduziu para 2: MG e RS. Em resumo, o período de crise da COVID foi de recuperação das contas regionais, em detrimento da piora da situação financeira da União, responsável pelos auxílios aos Estados, fato que permitiu que as UFs acumulassem caixa nesse período. Na janela 20/21, as maiores recuperações vieram do RS e MG, que saíram de um déficit de R\$ 597,3 milhões e R\$ 2,8 bilhões, respectivamente, em 2020, para atingirem um superávit de R\$ 2,5 bilhões e R\$ 103,7 milhões em 2021.

Como todos bem sabem, o ano passado foi marcado pelo extraordinário desempenho das receitas, que se avolumaram pela alta da inflação. Os Estados foram os maiores beneficiários do aumento de preços, em razão do sistema tributário brasileiro voltado para tributação de bens, o qual incide o ICMS. Em 19 das 27 UFs as receitas correntes cresceram acima das despesas correntes (gastos que não alteram o patrimônio público, como, por exemplo, as despesas com pessoal). No Rio Grande do Sul, enquanto as receitas aumentaram 12%, as despesas elevaram-se em 3%.

Dado o cenário de maior folga orçamentária, é interessante observarmos o quanto essa conta serviu para impulsionar a capacidade de investimentos das UFs, bem como o montante destinado para esse fim. Cabe ressaltar que a primeira medida é calculada pela diferença entre a receita corrente e despesa total, excluindo os gastos com investimentos, sendo que essa última, engloba tanto os investimentos propriamente ditos quanto as inversões financeiras. O total de investimentos feitos pelos Estados alcançou R\$ 95,5 bilhões em 2021 (10,9% da RCL), para uma capacidade de investimentos de R\$ 115,1 bilhões (13,1% da RCL).

Analisando os resultados em termos relativos, ou seja, em proporção da Receita Corrente Líquida (RCL),

13 estados formaram capacidade de investimentos acima da média (13,4% da RCL), indo de 13,7% a 24,1% da RCL. Os destaques nesse quesito foram os Estados do Rio de Janeiro e Amapá, pelo qual formaram capacidade de R\$ 15,8 bilhões (19,2% da RCL) e R\$ 1,3 bilhões (20,3% da RCL), respectivamente, embora tenham investido apenas R\$ 2,2 bilhões (2,7% da RCL) e R\$ 380,6 milhões (5,9% da RCL). O Rio Grande do Sul, no que lhe concerne, produziu R\$ 5,1 bilhões de capacidade e investiu R\$ 5,5 bilhões, resultado atípico para o Estado que vinha em trajetória decrescente nessa conta. Esse número só foi possível pela operação de venda da CEEE, que fez a conta de inversões financeiras inflar, de modo que, do total investido, somente 42% foram provenientes de investimentos efetivos (R\$ 2,3 bilhões).

A formação de caixa para criação de capacidade de investimento, está intimamente relacionada com os gastos com pessoal. Estados com orçamento comprometido com despesas obrigatórias, dispõem de menor acúmulo para as discricionárias. Tanto é verdade que, o Estado de Alagoas ocupou a 3ª colocação no *ranking* de melhor desempenho na capacidade de investimento, com 21,2% da sua RCL, sendo o segundo com menor comprometimento com Pessoal e Encargos (53,7% da RCL). Por outro lado, o Rio Grande do Sul, segundo maior estado com orçamento de pessoal (88,0% da RCL) ocupou a 17ª posição da formação de capacidade para investir (9,5% da RCL).

Em resumo, os últimos dois anos foram propícios para as contas fiscais dos Estados: a inflação ajudou com as receitas e a União mais do que compensou as perdas da pandemia (em razão da PEC emergencial). No entanto, o processo de controle da inflação, reajustes de pessoal e as desonerações que vêm sendo efetuadas pela União, em áreas que afetam as receitas das UFs, deverão revelar as fragilidades fiscais nos próximos anos, principalmente para aqueles Estados, como o Rio Grande do Sul, que possuem grande parte do seu orçamento engessado pelas despesas obrigatórias. O caminho para a melhora sustentada das contas regionais passa, necessariamente, pelo processo de reformas e períodos de austeridade fiscal, pautas que os próximos governos devem se debruçar.



Fonte: RREO. Blog Finanças do RS.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	1,3	0,4	3,8	-0,2	2,2
Indústria	0,7	-0,7	-3,4	4,5	0,4
Serviços	2,1	1,5	-4,3	4,7	0,6
Total	1,8	1,2	-3,9	4,6	0,6
Produto Interno Bruto Real (Em trilhões correntes)					
Em R\$	7,004	7,389	7,468	8,679	9,347
Em US\$ ²	1,916	1,873	1,448	1,609	1,782
Inflação (% a.a.)					
IGP-M	7,6	7,3	23,1	17,8	12,3
INPC	3,4	4,5	5,4	10,2	7,0
IPCA	3,7	4,3	4,5	10,1	7,1
Produção Física Industrial (% a.a.)					
Extrativa Mineral	0,0	-9,7	-3,4	1,1	1,2
Transformação	1,1	0,2	-4,6	4,3	1,9
Indústria Total³	1,0	-1,1	-4,5	3,9	1,5
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	2,2	13,0	36,6	140,9	25,6
Indústria	23,9	97,2	148,9	719,9	157,8
Indústria de Transformação	1,2	13,2	47,8	439,0	109,7
Construção	11,4	70,7	97,7	244,8	37,3
Extrativa e SIUP ⁴	11,2	13,3	3,5	36,2	10,8
Serviços	520,2	533,8	-377,0	1.869,8	430,4
Total	546,4	644,1	-191,5	2.730,6	613,8
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	11,7	11,1	14,2	11,1	10,5
Média do ano	12,4	12,0	13,8	13,2	11,4
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	231,9	221,1	209,2	280,4	295,9
Importações	185,3	185,9	158,8	219,4	226,4
Balança Comercial	46,6	35,2	50,4	61,0	69,5
Moeda e Juros					
Meta da taxa Selic – Fim do ano (% a.a.)	6,50	4,50	2,00	9,25	13,25
Taxa de Câmbio – Desvalorização (%) ⁵	17,1	4,0	28,9	7,4	-0,5
Taxa de Câmbio – Final do período (R\$/US\$)	3,87	4,03	5,20	5,58	5,55
Setor Público (% do PIB)					
Resultado Primário	-1,6	-0,8	-9,4	0,8	-1,0
Juros Nominais	-5,4	-5,0	-4,2	-5,2	-6,5
Resultado Nominal	-7,0	-5,8	-13,6	-4,4	-7,5
Dívida Líquida do Setor Público	52,8	54,7	62,5	57,3	62,3
Dívida Bruta do Governo Geral	75,3	74,4	88,6	80,3	83,1

Fontes: IBGE, BCB, FGV, ME, MTP, STN. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ Não considera a Construção Civil e o SIUP. ⁴ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁵ Variação em relação ao final do período anterior.

Informações sobre as atualizações das projeções:

- Não houve alterações.

DADOS E PROJEÇÕES PARA A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

Últimas previsões atualizadas.

	2018	2019	2020	2021	2022*
Produto Interno Bruto Real (% a.a.)¹					
Agropecuária	-7,1	3,0	-29,5	67,5	-40,0
Indústria	2,8	0,2	-5,6	9,7	-1,4
Serviços	2,6	0,8	-4,6	4,1	0,5
Total	2,0	1,1	-6,8	10,4	-4,0
Produto Interno Bruto Real (Em bilhões correntes)					
Em R\$	457,294	482,464	480,173	582,968	599,384
Em US\$ ²	125,108	122,282	93,107	108,059	114,249
Empregos Gerados – Mercado Formal (Mil vínculos)					
Agropecuária	-1,4	-0,1	0,5	3,4	0,9
Indústria	1,5	-5,5	-0,2	47,5	9,2
Indústria de Transformação	0,9	-1,5	0,1	42,9	7,4
Construção	0,9	-4,0	-0,2	5,2	1,4
Extrativa e SIUP ³	-0,2	0,0	0,0	-0,7	0,4
Serviços	20,4	26,0	-42,9	89,4	19,0
Total	20,5	20,4	-42,5	140,3	29,2
Taxa de desemprego (%)					
Fim do ano	7,5	7,3	8,6	8,1	7,6
Média do ano	8,2	8,1	9,3	8,7	8,1
Setor Externo (US\$ bilhões)					
Exportações	21,0	17,3	14,1	21,1	22,4
Industriais	15,1	12,5	10,5	14,1	15,1
Importações	11,3	10,3	7,6	11,7	12,8
Balança Comercial	9,8	6,9	6,5	9,4	9,6
Arrecadação de ICMS (R\$ bilhões)					
	34,8	35,7	36,2	45,7	49,5
Indicadores Industriais (% a.a.)					
Faturamento real	2,7	3,0	-3,1	8,7	1,6
Compras industriais	10,0	-2,7	-5,5	31,0	4,2
Utilização da capacidade instalada (em p.p.)	1,6	0,7	-4,6	5,7	0,3
Massa salarial real	-1,3	-0,8	-9,3	4,6	0,4
Emprego	0,9	0,0	-1,9	6,7	1,4
Horas trabalhadas na produção	0,0	-1,0	-5,7	15,1	3,3
Índice de Desempenho Industrial – IDI/RS	2,6	0,1	-4,8	12,8	1,7
Produção Física Industrial⁴ (% a.a.)					
	5,9	2,5	-5,5	8,8	1,0

Fontes: DEE/Seplag-RS, IBGE, BCB, ME, MTP, SEFAZ-RS, UEE/FIERGS. * Projeções da Unidade de Estudos Econômicos – FIERGS. ¹ O PIB Total é projetado a preços de mercado; os PIBs Setoriais são projetados a valor adicionado. ² Taxa de câmbio média anual utilizada para o cálculo e IPCA utilizado como inflação. ³ SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública. ⁴ Não considera a Construção Civil e o SIUP.

Informações sobre as atualizações das projeções:

Não houve alterações.